



“Qual a origem do Carnaval e qual a atitude da Igreja diante dele?”

Prof. Felipe Aquino

Da Revista: “PERGUNTE E RESPONDEREMOS”D. Estevão Bettencourt, osb.Nº 5, Ano 1958, Página 213.

I. Origem: antes do mais, diga-se algo sobre a etimologia de “Carnaval”.

Comumente os autores explicam este nome a partir dos termos do latim tardio “carne vale”, isto é, “adeus carne” ou “despedida da carne”; esta derivação indicaria que no Carnaval o consumo de carne era considerado lícito pela última vez antes dos dias de jejum quaresmal. – Outros estudiosos recorrem à expressão “carnem levare”, suspender ou retirar a carne: o Papa São Gregório Magno teria dado ao último domingo antes da Quaresma, ou seja, ao domingo da Quinquagésima, o título de “dominica ad carnes levandas”; a expressão haveria sido sucessivamente, carneval ou carnaval”. – Um terceiro grupo de etimologistas apela para as origens pagãs do Carnaval: entre os gregos e romanos costumava-se exibir um préstito em forma de nave dedicada ao deus Dionísio ou Baco, préstito ao qual em latim se dava o nome de currus navalis: donde a forma Carnavale.

Como se vê, não é muito clara a procedência do nome.

Quanto à realidade por este designada deve-se dizer o seguinte:

As mais antigas notícias de pompas semelhantes às que hoje chamamos “Carnaval” datam, como se crê, do séc. VI antes de Cristo, na Grécia: as pinturas de certos vasos gregos apresentam figuras mascaradas a desfilar em procissão ao som de música as pompas do culto do deus Dionísio, com suas fantasias e alegorias, são certamente anteriores à era cristã. Entre os gregos, análogas festividades eram ocasionadas pela entrada de novo ano civil (mês de janeiro) ou pela aproximação da primavera e a conseqüente despedida do inverno. Elementos da religiosidade pagã e da mitologia costumavam inspirar essas celebrações; em geral os povos não-cristãos intencionavam,



com seus ritos exuberantes, expiar as faltas cometidas no inverno ou no ano anterior e pedir aos seres superiores a fecundidade da terra e a prosperidade para a primavera e o novo ano. Disto dão testemunho os costumes vigentes ocasião de tais solenidades: para exprimir a expiação e o cancelamento das culpas passadas, por exemplo, encenava-se a morte de um fantoche ou boneco que, depois de "haver feito seu testamento" e após uma paródia de transporte fúnebre, era queimado ou lançado à água ou de qualquer modo destruído (rito celebrado geralmente no dia 1º de janeiro) Em algumas regiões procedia-se à confissão pública dos vícios: matava-se um peru, o qual, antes de morrer, proclamava pela boca de um dos cidadãos os malefícios da gente do país. A denúncia das culpas tomava não raro um caráter pilhérico e teatral: era, por exemplo, o cômico Arlequim que, antes de ser entregue à morte confessava os seus pecados e os alheios. Apesar das intenções sérias que inspiraram inicialmente tais manifestações públicas, compreende-se que elas tenham mais e mais dado lugar à licenciosidade e a deploráveis abusos, fomentados pelo uso de máscaras, trajes alegóricos, pela exibição de préstimos, peças de teatro, etc. Em tese, as danças e o tripudiar característico dessas festas deviam servir de exortação ao povo para que cheio de alegria iniciasse a nova estação do ano. As religiões ditas "de mistérios" provenientes do Oriente e muito difusas no Império Romano, concorreram não pouco, pelo fato de seguirem rituais exuberantes, para o incremento das festividades carnavalescas. Estas, em consequência, tomaram o nome de "pompas bacanais" ou "saturnais" ou "lupercais". As demonstrações de alegria porém, tornando-se subversivas da ordem pública, o Senado Romano, no séc. II a.C. resolveu combater os bacanais; os adeptos destes passaram a ser acusado de graves ofensas contra a moralidade e contra o Estado.

Dado o motivo de tais festividades populares, entende-se que a data de sua celebração tenha sido vária: podia ser o dia 25 de dezembro (dia em que os pagãos celebravam Mitra ou o Sol Invicto) ou o dia 1º de janeiro (começo do novo ano), ou 6 ou 17 de janeiro ou 2 de fevereiro (datas religiosas pagãs) ou algum termo pouco posterior.



II. Atitude da Igreja: quando o Cristianismo se difundiu, já encontrou tais orgias no uso dos povos. Por princípio, o Evangelho não é contrário às demonstrações de júbilo, contanto que não degenerem em celebrações libertinas e pecaminosas. Por isto, os missionários não se opuseram formalmente à realização do Carnaval, mas procuraram dar-lhe caráter novo, depurando-o de práticas que tinham sabor nitidamente supersticioso ou mitológico e enquadrando-o dentro da ideologia cristã; assim, como motivo de alegria pública, os pastores de almas indicavam por vezes algum mistério ou alguma solenidade do Cristianismo (o Natal, por exemplo, ou a Epifania do Senhor ou a Purificação de Maria, dita “festa da Candelária”, em vez dos mitos pagãos celebrados a 25 de dezembro 6 de janeiro u 2 de fevereiro). Por fim, as autoridades eclesiásticas conseguiram restringir a celebração oficial do Carnaval aos três dias que precedem a quarta-feira de cinzas (em nossos tempos alguns párocos bem intencionados promovem, dentro das normas cristãs, folguedos públicos nesse tríduo, a fim de evitar sejam os fiéis seduzidos por divertimento pouco dignos).

Como se vê, a Igreja não instituiu o Carnaval; teve, porém, de o reconhecer como fenômeno vigente no mundo em que ela se implantou. Sendo em si suscetível de interpretação cristã, ela o procurou subordinar aos princípios do Evangelho; era inevitável, porém, que os povos não sempre observassem o limite entre o que o Carnaval pode ter de cristão e o que tem de pagão. Está claro que são contrários às intenções da Igreja os desmandos assim verificados. Em reparação dos mesmos, foram instituídas a adoração das Quarenta Horas e as práticas de Retiros Espirituais nos dias anteriores à quarta-feira de cinzas.

Professor Felipe Aquino